

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIANA PAIXÃO BOER

**AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICO-RELIGIOSAS DA EXPANSÃO PROTESTANTE
NOS PAÍSES BAIXOS DOS SÉCULOS XVI-XVII**

UBERLÂNDIA, MG

2022

JULIANA PAIXÃO BOER

**AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICO-RELIGIOSAS DA EXPANSÃO PROTESTANTE
NOS PAÍSES BAIXOS DOS SÉCULOS XVI-XVII**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora, no dia 12/08/2022 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais, da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Wolfgang Lenk

UBERLÂNDIA-MG

AGOSTO DE 2022

JULIANA PAIXÃO BOER

As Consequências Político-Religiosas Da Expansão Protestante Nos Países Baixos Dos Séculos XVI-XVII

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:

Banca de Avaliação:

Prof. Dr. Wolfgang Lenk

Prof^a. Dr^a. Sandra Aparecida Cardozo

Prof. Dr. Jean Luiz Naves Abreu

Uberlândia (MG), 12 de Agosto de 2022.

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo estímulo e incentivo, e aos meus avós paternos, opa e oma, por tanto se alegrarem com a escolha do tema, por meio do qual busquei homenageá-los.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, dono de todo o conhecimento e de todos os meus dias, que, em graça, me fortaleceu ao longo de toda a caminhada de graduação e produção deste trabalho. A Ele seja a glória.

Aos meus pais, agradeço e honro por todo o encorajamento, investimento e carinho incondicional, que sempre me ensinaram o valor da educação e não pouparam esforços para proporcionar-me condições de realizar toda a minha graduação e, em especial, este trabalho.

Agradeço ao professor Wolfgang, pela orientação dada nos últimos meses e por ser instrumento de incentivo, desde a primeira conversa sobre o tema. Registro a ele meu agradecimento por compartilhar frações de seu amplo conhecimento e sabedoria acadêmicos.

Aos amigos, agradeço as palavras de apoio, que me estimularam a chegar à conclusão do curso e deste estudo. Ao meu namorado, André, regracio por todo ânimo estendido nos momentos de abatimento, e pelo encorajamento constante.

Agradeço à instituição, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) e seu corpo docente por me possibilitarem a realização deste trabalho.

Por fim, deixo meu agradecimento a todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente na construção desta monografia. A esses, o meu muitíssimo obrigada.

“Não busque o conhecimento por causa dos aplausos, ou para lhe capacitar a discutir com os outros, mas para o benefício de sua alma.”

Jonathan Edwards

RESUMO

Os movimentos reformadores não são exclusivos do século XVI. Contudo, a partir de 1517, marco oficial da Reforma Protestante, a insatisfação acumulada contra a Igreja Romana sobrevém a Europa com maior força. Nesse contexto, a relação entrelaçada entre os monarcas espanhóis e a Igreja vê-se diante de crescentes ajuntamentos protestantes, que ameaçavam a manutenção de seu domínio; é quando o caso dos Países Baixos destaca-se. Nas províncias holandesas, a teologia protestante espalha-se com rapidez, juntando muitos adeptos que, insatisfeitos com a condução espanhola do território e desejosos por independência, levantaram-se em rebelião. Com isso em vista, o objetivo deste trabalho é, a partir da método histórico e a revisão narrativa bibliográfica de obras relevantes, investigar de que forma a Reforma Protestante influenciou os conflitos político-religiosos nos Países Baixos nos séculos XVI e XVII, constatando o declínio do poder habsburgo e as divisões religiosas ali formadas.

Palavras-chave: Revolta Holandesa; Guerra dos Oitenta Anos; Reforma Protestante, Países Baixos.

ABSTRACT

The reformation movements are not exclusive to the 16th century. However, since 1517, when the Protestant Reformation officially began, the accumulated dissatisfaction against the Roman Church took over Europe with greater force. In this context, the intertwined relationship between the Spanish monarchs and the Church faces the protestant councils' strengthening, which was a threat to their power; at this moment, the dutch case stands out. In the Netherlands, the protestant theology spread rapidly, gathering many followers who, dissatisfied with the Spanish leadership of the territory and desirous of independence, rebelled. Considering this, the objective of this work is to investigate how the Protestant Reformation influenced the political-religious conflicts in the Netherlands during the 16th and 17th centuries, confirming the decline of Habsburg power and the religious divisions formed there. To do so, the historical method and the bibliographic review of relevant writings were both used.

Keywords: Dutch Revolt; Eighty Years War; Protestant Reformation; Netherlands; Low Countries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Dança da Morte”.....	4
Figura 2 - A Herança de Carlos V.....	15
Figura 3 - “Tropas espanholas em 1567”, por Franz Hogenberg.....	26
Figura 4 - “Cristo Investe Filipe II com a Insígnia da Realeza”.....	28
Figura 5 - A Reconstrução do Assassinato de Guilherme de Orange.....	30
Figura 6 - “A Rendição de Breda”.....	42

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1. A Reforma Protestante E O Contexto Religioso E Político A Partir Do Século XVI	12
1.1. Antecedentes: Idade Média.....	12
1.2. Século XVI: A Convulsão Da Reforma Protestante E Seus Impactos Na Estrutura Política.....	15
Capítulo 2. Países Baixos No Império Habsburgo	19
2.1. Carlos V.....	21
2.2. Filipe II.....	25
Capítulo 3. A Narrativa Político-Religiosa	28
3.1. Anos 1560-1608.....	30
3.2. Anos 1609-1621: A Trégua Dos Doze Anos	38
3.3. Anos 1621-1648.....	41
Capítulo 4. Consequências E Considerações Finais	44
5. Referências	45

INTRODUÇÃO

Além de analisar as diferentes interpretações de historiadores a respeito de um tópico, a revisão narrativa - a partir da metodologia bibliográfica - cumpre, via de regra, a função de reflexão, visto que centraliza, em um o mesmo espaço, autores com visões associadas, ainda que nem sempre coincidentes. No caso deste trabalho, evidentemente, essa mesma verdade é aplicável. Afinal, o encontro com a cuidadosa narrativa da história do Cristianismo traz à luz, de forma equilibrada, questionamentos válidos para a atualidade, pois coloca em xeque o senso comum a respeito do tema.

Logo, a partir da compreensão de que uma monografia cumpre não apenas a função de instrumento para o auto-esclarecimento, mas, também, para a construção científica, essa monografia busca contribuir e aprofundar-se no importante diálogo entre o cristianismo e a história internacional. Diálogo esse que demonstra sua relevância por muitas razões. Nas palavras do historiador Kenneth S. Latourette:

A história do cristianismo não é somente antiga: ela é também nova. Em cada época deve ser contada novamente. Não meramente porque em cada época um capítulo é acrescentado pela ação continuada dos eventos. É também porque em cada estágio da marcha da humanidade uma nova perspectiva é adquirida. Cada geração de historiadores pode dizer de seus predecessores: Sem nós eles não podem ser aperfeiçoados. (LATOURETTE, 2007)

Como bem aponta o professor, o olhar para o passado traz aperfeiçoamento para o tema no presente, o que é essencial para a contínua produção científica de caráter histórico. Dessa forma, o engajamento nessa temática treina a visão tanto do estudante que se ocupa em revisá-la documental e bibliograficamente, quanto de seu leitor, afinal, aguça a percepção de ambos para a realidade na qual estes estão inseridos, pois compreenderam o que os levou à posição em que estão hoje.

Ainda maior é a fascinação quando se tratando de um período tão complexo quanto os séculos que se seguiram após a marcante Reforma Protestante. Essa, ainda que fosse um movimento de viés religioso, inaugurou novos rumos, também, para a política na Europa, haja vista a associação íntima entre os governantes e a igreja. Logo, com o enfraquecimento da autoridade papal sobre os governantes seculares, muita coisa muda. Dentro disso, então, o caso neerlandês destaca-se, como um exemplo espantoso, em sua proporção, dos efeitos desse episódio. Por essa razão, justifica-se a escolha dessa nação como objeto de estudo, considerando o cisma territorial ocasionado ao fim da Guerra de Oitenta Anos.

Além disso, ao assimilar os fatos político-religiosos da expansão protestante nos Países Baixos, muito pode ser analisado na perspectiva das Relações Internacionais. Como ciência que estuda - dentre muitas outras questões - as diferentes relações entre os atores internacionais, as estruturas e a formação identitária das nações, a inserção histórica nos séculos XVI-XVII é de grande contribuição à área, considerando a vasta movimentação política internacional do período, causada, em grande parte, pela quebra da unidade religiosa. Em vista disso, o objetivo desta pesquisa é responder de que forma a Reforma Protestante impactou a formação política e religiosa dos Países Baixos nesses séculos.

Ademais, esta introdução tem o objetivo de integrar o leitor em sua delimitação temática, que está balizada entre os séculos XVI e XVII. Posto isso, parte-se para a explanação histórica das consequências político-religiosas da expansão protestante nos Países Baixos¹ no período citado. Como é de conhecimento comum, a Reforma Protestante teve início oficial em outubro de 1517, com o monge alemão Martinho Lutero, a partir da elaboração de 95 proposições (ou teses) para o debate teológico, afixando-as à porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. Se sua ideia original era promover uma discussão eclesiológica, o resultado foi outro, muito mais escandaloso. Seus questionamentos, então, foram vistos como uma afronta à autoridade papal e à estrutura tradicional da Igreja, a qual, até então, era a única² (somente a partir dessa reforma que passam a existir duas igrejas: a católica e a protestante, o que dá estarte para o surgimento de outras denominações também) (SHELLEY, 2018).

Nesse período, vale ressaltar, duas questões são importantes: (1) os trâmites do vínculo entre o Governo e a Igreja e (2) a organização política entre os Estados europeus e o caso neerlandês. Tratando-se do primeiro ponto, como aponta Matos (c2020), a Igreja não vivia em vácuo, mas interagira política e socialmente em múltiplos níveis. Sabendo que o avanço deste trabalho explicará melhor tal questão, por ora, o que cabe afirmar é que, apesar das diferenças e discordâncias entre o império e os líderes católicos, ambos caminhavam com proximidade. A respeito da segunda questão, sabe-se que a organização política dos Estados já estava em efervescência naquela civilização ocidental desde o fim da Idade Média, haja vista todas as convulsões sociais e

¹ Nesse trabalho, os termos “Países Baixos”, “neerlandês” referem-se ao período anterior à Independência. “Holanda” será utilizado para referir-se à província.

² Como afirmam as palavras do Papa Leão X, no episódio de excomunhão de Martinho Lutero (1521), a “única Igreja santa, católica e apostólica”. (SHELLEY, p. 265, 2018)

internacionais ocorridas. É importante, então, salientar que nesse momento - referindo-se à região de estudo deste trabalho - o Sacro Império Romano Germânico unia algumas localidades do centro europeu, estando sob o governo de diferentes dinastias (MATOS, c2020).

No caso neerlandês, desde a morte de Maria de Borgonha em 1482, estavam no poder os soberanos Habsburgos, com destaque para o imperador flamengo Carlos V e, a partir de 1555, seu filho Filipe II, rei da Espanha, sobre os quais será abordado no capítulo segundo. Ressalta-se, além disso, o governo espanhol, que dominava a região, e era caracterizado como católico, o que já introduz grande parte dos conflitos que irão se suceder mais tarde, como a própria Revolta Holandesa (MATOS, c2020; DW, 2020).

Porquanto, a partir dessa breve introdução, esse artigo se divide em quatro seções. A primeira delas tem como objetivo situar o leitor em dois enquadramentos: (1) Os antecedentes da Reforma, a saber, o fim da Idade Média, buscando mostrar quais eventos conduziram o povo europeu à mentalidade e à condição social e religiosa que receberam os ideais protestantes; e (2) A própria Reforma Protestante. Na segunda, apresenta-se o contexto político do período descrito, quando os Habsburgos detinham o poder de grande parte da Europa. Em terceiro, há a descrição história dos eventos político-religiosos nos séculos XVI e XVII. E, por fim, na última das seções, o desfecho desses conflitos, demonstrando alguns de seus efeitos e considerações finais sobre esses.

Destaca-se, também, nesta introdução, uma ressalva honesta quanto à organização dos fatos aqui abordados. É evidente que qualquer narrativa histórica que reduza a ocorrência dos fatos a personalidades - sem juntamente considerar agrupamentos sociais - é, em certo modo, limitada. Ainda que figuras históricas tenham importante papel na tomada de decisões, as mudanças que decorrem de suas ações são acompanhadas por um conjunto de fatores, circunstâncias e populações. No caso deste trabalho, o leitor pode identificar a ênfase dada a algumas personagens singulares, como Lutero, os monarcas espanhóis, etc, e notar o pouco destaque dado a outros grupos e classes. Esse foi um recurso utilizado no trabalho com vistas dos recursos e tempo disponíveis para sua realização. Dito isso, parte-se para o desenvolvimento deste trabalho.

CAPÍTULO 1. A REFORMA PROTESTANTE E O CONTEXTO RELIGIOSO E POLÍTICO A PARTIR DO SÉCULO XVI

1.1. Antecedentes: Idade Média

Para a boa compreensão do contexto em que a Reforma Protestante e a Revolta Holandesa floresceram, faz-se necessário voltar alguns anos, a saber, para o desenlace da Idade Média, a fim de observar quais acontecimentos históricos desencadearam essa conjuntura. Afinal, como afirma Israel (1995), esses episódios só serão vistos como uma ruptura abrupta com o passado se não forem observados os acontecimentos dos séculos XIV e XVI. Para tal, examinaremos o declínio da Idade Média, que acontece nos entornos de 1300 a 1500, quando forças sociais e eventos importantes construíam uma nova face do cristianismo e da vida em sociedade. Conforme aponta o historiador Carter Lindberg, “foram poucas as vezes em que um senso de crise alcançou e abrangeu todas as classes sociais, permeando [...] áreas tão extensas da Europa Ocidental”. No epicentro desse cenário está a Igreja, não tão estável quanto já fora nos séculos anteriores. Naquela conjuntura de crises - agrária, climática, de fome e de pestes - percebe-se o surgimento dos burgos - as primeiras cidades feudais - que dão espaço aos desesperados. Essa migração para as comunidades urbanas aquece a economia monetária, haja vista as atividades comerciais ali iniciadas. Assim, nota-se a inserção européia em um cenário novo, de mudanças (LINDBERG, 2009; SHELLEY, 2018).

Nesse contexto de melancolia e insegurança - como bem ilustram as populares alegorias da “*Dança Da Morte*” ou “*Dança Macabra*” [ver figura 1], que representavam a universalidade da morte e da desesperança espiritual - a religião assume uma posição de esclarecer a razão por trás de tantos acontecimentos trágicos, utilizando-se de uma óptica sobrenatural e de redenção eterna. A pandemia da peste negra (1347-1353), por exemplo, era vista como uma punição divina, tanto que pessoas eram motivadas à autoflagelação em prol de pecados pessoais e coletivos - entendidos como causadores da praga - em um ritual de ajoelhar, cantar e lançar-se ao chão. Além disso, a intercessão aos santos tornou-se crescentemente comum, em especial a São

Roque, São Sebastião e Maria³. Somado a isso, também destaca Lindberg (2009), a difusão da chamada “matemática da salvação” abre espaço para novas doutrinas - como a do purgatório⁴ e das indulgências - que foram espalhadas pela Igreja, as quais, mais tarde, seriam questionadas pelos reformadores. Como afirma Lindberg (2009): “A cristandade do fim da era medieval foi caracterizada como tendo um “imenso anseio pelo divino” (p. 102). Todos esses fatos são suficientes para elucidar a seguinte tese: A crise da Idade Média é, também, quando inicia-se uma crise geral na cristandade (SHELLEY, 2018).

Figura 1 - “A Dança da Morte” (gravura de Micheal Wolgemut, xilogravura em Crônica de Nuremberg de Hartmann Schedel, 1493)



Fonte: Wikipédia (Domínio Público)⁵.

Não obstante a proeminência da religião na mentalidade popular medieval, a Igreja também ocupava uma posição política de soberania. Sendo detentora de riquezas e do poder, a instituição caminhava em adjacentes interações com o contexto social e político. Em vista disso, importa mencionar a transformação dos estados feudais, que começou a trazer mudanças a partir dos séculos XIV e XV. Contudo, menciona Shelley (2018), nesse momento ainda é cedo para falar sobre nações no sentido moderno do termo. Todavia, era crescente entre as populações o costume de identificar-se como

³ Como aponta Lindberg (2009), “*Um painel do altar superior da igreja franciscana de Göttingen exhibe uma imagem clássica do manto protetor de Maria bloqueando as flechas da peste. A imagem de Maria protegendo a humanidade com sua capa se tornou muito difundida.*” (p. 59).

⁴ Tais doutrinas eram difundidas, em grande parte, pelo medo. A comunidade, tanto assombrada pela guerra, quando pelas doenças e instabilidades gerais do contexto, temiam não alcançar a salvação, a chegada ao céu. Como escreve Thomas More (1478–1535) em “Súplica das Almas”, o próprio purgatório era aterrorizante (DICKENS, 1991)

⁵ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Danse_macabre_by_Michael_Wolgemut.png>

inglês ou francês. Assim, com o lento afastamento do passado feudal, os primeiros territórios que estiveram à frente desse processo de transformação do Estado foram formados: Portugal e Espanha, seguidos de França e Inglaterra.

Igualmente interessante é observar a mudança no relacionamento entre o papado e os Estados feudais no período em questão. Enquanto essas transformações aconteciam, também amadurece o antigo⁶ questionamento quanto à necessidade da direção papal direta para o Estado. Com o avanço dessa visão, no início do século XIV, começa-se a distinguir a autoridade secular da autoridade religiosa. Somado a isso, o uso abusivo de dinheiro por parte dos papas vinha sendo questionado, de forma a gerar crescente distanciamento dos papas e a falência da corte papal. Esses e outros eventos preparam terreno para um dos capítulos mais conflitivos da história papal, por sua divisão política: O Grande Cisma, em 1378, com duração de 39 anos. (SHELLEY, 2018)

O propósito deste estudo não é aprofundar-se nesse período, contudo, é implausível ignorá-lo. Essa ruptura na cristandade foi apenas a ponta do iceberg para a nova fase da Igreja e de sua relação com o Estado. A partir daí, percebe-se a insuficiência do direito canônico, logo, em 1409, no Concílio Geral em Constança, tal questão é discutida e, pela primeira vez, o critério para a tomada de decisões foi puramente nacional, seguindo um padrão semelhante ao de uma convenção das nações. Ao fim do evento, Martinho V. toma a posição vigária. Porém, a resistência ao novo alinhamento foi suprema: O novo padre negou, de todas as formas que podia, as decisões do concílio, alegando serem heréticas. Mas tais argumentos não seriam capazes de reverter as mudanças proporcionadas pelo episódio na mentalidade europeia. Vejamos o que escreve Shelley (2018) sobre:

Assim, Constança podia ser negada, mas não esquecida. O distanciamento do papa estava aumentando. Os homens começaram a pensar em termos de “igrejas nacionais” e na Igreja sendo regida por corpos representativos. Resumindo, o desafio da Reforma Protestante já estava preparado (SHELLEY, 2018, p. 247).

O que o historiador acima entende como “igrejas nacionais” nesse trabalho não é visto como o melhor termo; seria mais exato referir-se a elas como igrejas locais ou regionais. Apesar da ressalva, Shelley (2018) demonstra com precisão que o próprio

⁶ Os questionamentos quanto à acurácia da direção papal não eram exclusivos daquele período. Nos séculos XI e XII, em que ocorreram as Guerras de Investidura, por exemplo, semelhante dúvida já era real.

contexto abriu o caminho para a necessidade de reformas. Então, segue-se para a gênese do evento que mudaria os rumos do cristianismo moderno: A Reforma Protestante.

1.2. Século XVI: A Convulsão da Reforma Protestante e seus Impactos na Estrutura Política

Adentra-se o século XVI com um espírito de reforma à flor da pele na Europa, a despeito das falhas tentativas de reformas internas nos séculos XIV e XV. Era, como declara Carter (2009), “o amanhecer uma nova era”. A igreja papal demonstrava, em níveis inacreditáveis, imoralidade e corrupção política. Além disso, a estrutura de “igrejas nacionais” parecia quase tão problemática aos questionadores desse sistema quanto a teologia meritória que era pregada. Assim, frente à profunda insatisfação do povo com a igreja, na véspera da Reforma, a questão não era se a Igreja deveria ser ou não reformada, mas sim quando isso iria acontecer. (SHELLEY, 2018)

Como mencionado no tópico anterior, Martinho Lutero não foi o primeiro reformador a erguer-se contra as doutrinas e rituais. Antes dele, homens e mulheres levantaram a voz para denunciar incoerências dentro da Igreja. Entre incontáveis contribuidores, destacaremos três nomes: João Wycliffe (1300-1384), João Huss (1369-1415) e Jerônimo Savonarola (1452-1498). (MATOS, c2020; SHELLEY, 2018)

O primeiro deles, zelote inglês, vinha de um contexto de estudo acadêmico de teologia em que discutia-se o domínio ou senhoria: De que maneira, se perguntavam os estudiosos, o direito de governar era transmitido por Deus aos governantes terrenos? Muitos aceitavam a ideia de que o senhorio só era justo quando derivado da Igreja romana, confiando no domínio papal. De outro lado, defendia-se que o senhorio dependia menos da mediação da igreja e mais das qualificações do possuidor, isto é, de ele não ter cometido pecados graves. Não demorou muito para que a discussão alcançasse níveis eclesiásticos, conduzindo Wycliffe a questionar tais “pecados mortais” cometidos pelos líderes dentro da Igreja. Esse foi apenas o pontapé inicial para uma série de denúncias feitas pelo reformador, todas, obviamente, muito mal recebidas pelas autoridades religiosas. Em seguida, Wycliffe opõe-se, também, a outras irregularidades no clero, às superstições (reliquias, peregrinações, veneração dos santos), bem como à

transubstanciação⁷, o purgatório, as indulgências, o celibato clerical e as pretensões papais. Com esses argumentos em mente, escreveu de maneira ousada: “Cristo é a verdade; o papa é o princípio da mentira. Cristo viveu na pobreza; o papa trabalha em troca de magnificência mundana. Cristo recusou o domínio temporal; o papa o procura.” De todos os pontos ressaltados pelo inglês, um deles antecipa uma doutrina de Lutero: A justificação⁸ somente pela fé, quando Wycliff enfatiza a liberdade espiritual do homem justificado⁹ na cruz por Jesus Cristo, não por suas obras, dizendo “Deus não dá senhorio aos seus servos sem primeiro oferecer-se a eles”. (LINDBERG, 2009; SHELLEY, 2018).

Anos mais tarde, João Huss, pregador da Boêmia, teve contato com as obras de Wycliffe ainda quando estudava teologia na Universidade de Praga. Anos depois, quando já ocupava a posição de reitor na mesma instituição que tomou oficialmente o mesmo posicionamento de seu antecessor a respeito de Cristo ser o cabeça da Igreja, não o papa. Com tamanha convicção, Huss iniciou a propagação desses ensinamentos pregando pela primeira vez na capela de Belém, próxima à sua universidade. Lá, deparou-se com paredes carregadas desenhadas de críticas aos comportamentos papais, que eram contrastados com os do Messias, como uma gravura do papa montado a um cavalo, próximo ao Jesus descalço. Naquele mesmo lugar, Huss teve inúmeras outras oportunidades de pregar e ser ouvido. Assim, ganhou, ali, muita popularidade e seguidores, conhecidos como hussitas. Com o passar do tempo, o reformador ampliou seus estudos ao ponto de traduzir para o tcheco alguns dos escritos de Wycliffe e escrever sua própria obra, “Sobre a Igreja”. Em 1415, Huss foi julgado herege pelos juízes da Inquisição e, em 6 de julho do mesmo ano, queimado vivo (LINDBERG, 2009; SHELLEY, 2018).

Avançando no tempo, trinta e sete anos depois, nasceu Jerônimo Savonarola, frade dominicano natural de Florença, Itália. Ficou famoso por desafiar a autoridade papal, desrespeitando ordens de convocação e de impedimento para pregar. Além disso,

⁷ “Presença sacramental de Jesus Cristo na Eucaristia [Termo escolástico usado pela Igreja católica para explicar a conversão do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo.]” (Definição por Dicionário Oxford, 2022).

⁸ Segundo o Dicionário Aurélio (2022), justificação é “Ato de justificar, de explicar a razão ou motivo para fazer ou deixar de fazer alguma coisa; fundamentação, explicação”. Tratando-se do conceito teológico, segundo o mesmo dicionário, define-se como “elevação do ser humano que, alvo de influência divina, se liberta da condição de pecador voltando ao estado de inocência original.” Portanto, justificação é o ato divino de conceder a salvação ao homem, tornando-o justo, a saber, passível de salvação. Logo, o homem justificado é aquele que já obteve a salvação eterna, por crer no Cristo como salvador, não por meio das penitências, conforme escreveu Lutero em suas 95 teses.

⁹ Conferir nota de rodapé número 8.

muitas de suas manifestações envolviam denunciar a imoralidade na Igreja, mas, também, na sociedade. Por isso, posicionava-se com furor contra a vida pagã, ao ponto de começar uma *reforma* moral interna no mosteiro em que se encontrava. Tais movimentações o fizeram ser excomungado e, por fim, enforcado como herege (MATOS, c2020).

As três histórias acima descritas não são casos isolados, mas fazem parte de um conjunto amplo de homens e mulheres que demonstraram insatisfação e dúvidas quanto ao papado e à Igreja, mesmo antes de 1517. São, portanto, suficientes para comprovar o seguinte ponto: De fato, havia uma crise social naquele período, fruto de um amplo conjunto de fatores. Assim, o espírito de reforma já sobrevinha a Europa há muito tempo, bem antes da vinda de Martinho Lutero, sobre quem será abordado agora.

A ebulição teológica causada por Martinho Lutero não começou com essa intenção de agitar a cristandade. Mas, para entender melhor essa questão, é preciso retornar ao início da trajetória cristã do reformador. Em 1505, o alemão, assustado por fortes trovões, fez um voto a Deus, prometendo que, se fosse salvo daquela situação, tornaria-se monge. E assim aconteceu. Lutero cumpriu sua promessa e entrou para o mosteiro. Não apenas o fez, como entregou-se de corpo e alma à função, inundado por culpa. Tão grande era, para ele, o peso de seus pecados, que nenhuma penitência era suficiente para trazer-lhe paz; ao nível de desabafar, certa vez: “Eu não amo a Deus! Eu o odeio”. O desespero¹⁰ o conduziu à frenética busca por respostas, até deparar-se, em 1515, com as seguintes palavras, no livro bíblico de Romanos: “O justo viverá pela fé” (1:17). Interpretou, então, que aí estava a chave para a segurança espiritual, a justificação pela fé no sacrifício de Jesus. Contudo, havia um problema. Essa nova doutrina conflitava diretamente com aquela pregada dentro da Igreja Romana, da justificação pelas obras. Martinho percebe, então, um caminho para lidar com essas incoerências (SHELLEY, 2018).

O caminho tomado pelo estudante foi o estudo, seguido do debate. O que se conhece hoje “Noventa e Cinco Teses” eram o modelo acadêmico da época para a

¹⁰ O desespero que sobreveio Lutero, como o reformador relata em muitos de seus escritos, era o mesmo presente desde a Idade Média de forma generalizada: a insegurança. Tal como afirma Dietrich Kolde (autor de um dos catecismos mais populares antes e depois da Reforma, *Mirror of a Christian Man* [Espelho de um cristão], lançado em 1470): “Há três coisas que sei que são verdadeiras e que fazem com que meu coração fique pesado: a primeira atribula meu espírito, pois vou ter que morrer; a segunda atribula ainda mais meu coração, pois não sei quando vou morrer; a terceira me preocupa mais do que tudo: não sei para onde vou depois da morte” (Janz, 1982, p. 182).

proposição de debates. Por essa razão, o abordagem humanista¹¹ colaborou com relevância para a Reforma, como o disse Lindberg (2009):

Como um movimento oriundo da universidade, a Reforma se beneficiou grandemente da abordagem conhecida como “humanismo”, que lutou para aplicar a recuperação crítico-intelectual de formas antigas de educação, da Igreja e da sociedade como um todo. O significado do humanismo como partido reformador é coberta pela frase sucinta de Bernd Moeller (1982, p. 36): “Sem humanismo, sem Reforma”. Dentre as fontes e normas humanistas, incluíam a Escritura e os Pais da Igreja, cujos escritos tornaram-se acessíveis por meio da recuperação e melhoria da erudição grega, hebraica e latina (LINDBERG, 2009, p. 99).

Nesse contexto, Lutero elabora suas primeiras críticas àquilo que identificava como incorreto dentro da Igreja. Em 1514, fez uma denúncia ao abuso das indulgências; em 1516, levantou a voz em desaprovação quanto às relíquias religiosas do príncipe Frederico III. Mas, apenas em 31 de outubro de 1517 é que suas palavras explodem em popularidade, ao pregar essas teses nas portas do Castelo de Wittenberg. Essa popularidade inicial deve-se a uma fator importante: Martinho enviou as teses ao superior de Tetzl, Alberto, arcebispo de Mainz, que foram reenviadas a Roma. Uma vez que sua dissertação tocava em pontos delicados da tradição (como a autoridade papal), a recepção resultou em alarme a nível político e eclesiástico, chamando a atenção geral, a partir da resposta que declarava o monge um herege. Assim, com a polêmica e a curiosidade populares, aos poucos e de modo muito orgânico, as ideias de Lutero começaram a ser conhecidas e disseminadas pela região. Então, acontece o despontar da Reforma (LINDBERG, 2009).

No entanto, 1517 foi apenas o pontapé inicial. A partir daí, muitos movimentos de reforma inspirados em Lutero foram disparados (alguns dos quais este trabalho fará referência) e, com o romper da Reforma, questões políticas vieram à luz. Por isso, é preciso entender: Quais foram os desfechos da justaposição temporal entre as vidas de Martinho Lutero e Carlos V? Ou, ainda: O que viria a acontecer com o espalhar da teologia protestante em territórios católicos? Esse é tema para o próximo capítulo.

¹¹ Lindberg (2009) afirma: “A aprovação difundida de Lutero como “nosso Martinho” por humanistas nos anos anteriores ao Edito de Worms (1521) refletia a visão que tinham dele como representante proeminente do novo aprendizado: ambos se opunham a um inimigo em comum, a saber, os abusos escolásticos de religião e poder” (p. 99).

CAPÍTULO 2. PAÍSES BAIXOS NO IMPÉRIO HABSBURGO

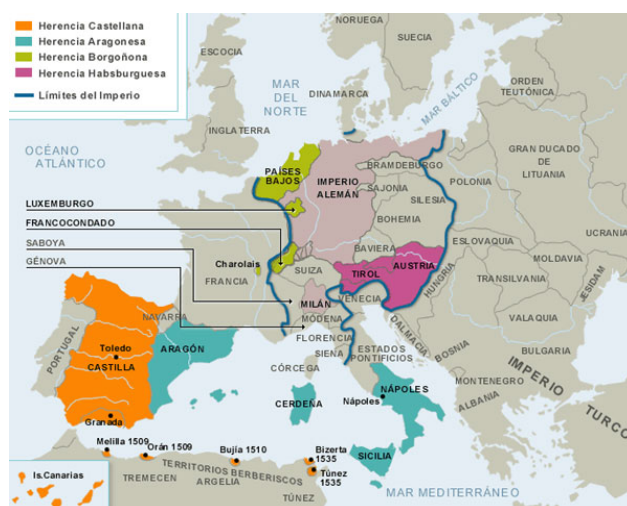
Como afirma Kennedy (1989), no século XVI, as tradicionais lutas regionais na Europa foram eclipsadas por uma disputa muito mais ampla do que o mero domínio de territórios. A partir dessa afirmativa, entende-se que há duas grandes causas gerais para tais transformações no âmbito europeu: o advento da Reforma Protestante - já abordada no capítulo anterior - e a combinação dinástica dos Habsburgos que compunha a maior rede de território já existente na Europa desde Carlos Magno, 700 anos antes. Em função disso, torna-se relevante compreender o domínio constituído pelos componentes da poderosa dinastia.

2.1. Carlos V

Desde o século XI, a família Habsburgo é uma das casas dinásticas mais importantes da Europa. Originários de Argóvia (Aargau), na Suíça, a dinastia tornou-se memorável pelo seu modo peculiar e estratégico de expansão territorial: casamentos e heranças. Exemplo disso é Maximiliano I da Áustria, que imperou sobre as terras hereditárias da Borgonha e sobre os Países Baixos, em 1477. Mais tarde, adquiriu as áreas da Hungria e da Boêmia e, ainda depois - por meio do casamento de seu filho Filipe com Joana, filha de Fernando e Isabel da Espanha - conquistou a posse das respectivas regiões da família (KENNEDY, 1989).

Todos esses acordos matrimoniais atingem seu ápice em Carlos V (1500-1558), “legatário residual” de tudo isso e, conseqüentemente, um dos protagonistas do período abordado nesta monografia, que governa de 1519 até abdicar do trono, em 1555. Conforme escreve Paul Kennedy em “Ascensão e Queda das Grandes Potências”, o imperador herdou as coroas das dinastias Castela, Aragão, Borgonha e Áustria. Além disso, ao longo de seu reinado, é o responsável pela aquisição das coroas da Boêmia, Hungria, Portugal e, temporariamente, da Inglaterra. Com isso, em seu nome é recebido o título de mais poderoso governante de sua época: Rei da Espanha, Imperador do Sacro Império Romano, Senhor dos Países Baixos, Mestre de todas as partes então conhecidas da Ásia, África e do Novo Mundo. O mapa abaixo auxilia na compreensão do legado de Carlos V em 1519:

Figura 2 - A Herança de Carlos V



Fonte: Biografias y Vidas¹²

Com tamanho currículo, Carlos V é digno de destaque no contexto europeu do século XVI. Seu acúmulo de poder e domínio heterogêneo eram, então, considerados ameaçadores para os Estados que o cercavam, como a França. Afinal, a tríplice e tradicional luta pelo poder entre império, os franceses e o papado, conforme explica Lindberg (2018), aguçou-se ainda mais depois que os franceses e o Papa perceberam o imenso domínio mundial que ficaria sob a autoridade dos Habsburgos, caso Carlos fosse eleito para a posição de imperador, como aconteceu.

Diante disso, percebe-se um cenário aquecido para conflitos, que chega à combustão com as disputas religiosas provocadas pela Reforma. Nesse período, “as rivalidades nacionais e dinásticas se tinham agora combinado com o zelo religioso para fazer os homens lutarem (...)”, afirma Kennedy (1989). Sendo o primeiro governante a comandar um império transatlântico, não é de surpreender que ele tenha buscado manter domínio sob sua terra natal, os Países Baixos - uma vez nascido na proeminente cidade de Ghent (ou Gante; hoje, localizada na Bélgica). Sobre esse evento conflituoso, abordaremos na seção III.

Contudo, no que diz respeito às notoriedades de seu império, um viés ideológico-religioso salta aos olhos e à história: Seu vistoso comprometimento com as crenças católicas. Quanto a isso, é importante dizer, seus feitos seguiam sua reputação. Então, tão grande envolvimento com sua fé o conduz, também, a uma das partes mais sangrentas desse governo. Logo que a questão da Reforma foi trazida a seu

¹² Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/monografia/carlos_v/fotos1.htm>. Acesso em: 03 julho. 2022.

conhecimento, Carlos exige a presença de Martinho Lutero para a Dieta de Worms (1521), evento em que o monge reitera sua defesa das noventa e cinco teses. Tal defesa, contudo, não foi bem recebida pelo imperador, que responde:

Você sabe que sou descendente dos imperadores mais cristãos do grande povo alemão, dos reis católicos da Espanha, dos arquiducos da Áustria e dos duques da Borgonha. Todos eles, por toda a vida, foram filhos fiéis da Igreja Romana. Depois de suas mortes, eles deixaram, pela lei e herança naturais, esses sagrados ritos católicos, para que pudéssemos viver e morrer, seguindo o exemplo deles. E assim, até agora, tenho vivido como um verdadeiro seguidor desses nossos ancestrais. Portanto, estou decidido a manter tudo o que esses meus antepassados estabeleceram até o presente.

Seu tom firme, contudo, não impediu a contínua difusão da teologia protestante no povo europeu. Mesmo naquele encontro polêmico, os adeptos à teologia de Lutero já eram numerosos. Tanto que naquele mesmo episódio, Aleandro, núncio papal, sequer encontrou um quarto para passar as noites e ainda registrou o que ouvira: “Nove-décimos das pessoas gritam ‘Lutero’, e o outro décimo grita: ‘Fora com o Papa!’” (LINDBERG, 2018, p. 137). Além disso, toda essa controvérsia religiosa foi um elemento propulsor para destruir a unidade nominal da cristandade, conforme escreve Elliot (1985). Assim, ainda que Lutero tenha sido marginalizado¹³ por Carlos V - bem como seus apoiadores - seu movimento já havia encontrado uma força imparável dentro do povo. E, assim, nesse mesmo espírito de conflito, segue-se por mais alguns anos.

Na região dos Países Baixos, sobre a qual este trabalho se trata, Jonathan Israel (1995) escreve que a teologia lutero encontrou um espaço fértil para espalhar-se:

Martinho Lutero exerceu uma enorme influência nos Países Baixos com seu protesto retumbante contra a decadência moral e religiosa da Igreja e concentrando a atenção nos Evangelhos. Este último em si envolveu uma revolução religiosa e intelectual; (...) Versões dos primeiros escritos de Lutero surgiram em Emden, Dordrecht, Delft, Antuérpia e em outros lugares já em 1518-19. Em maio de 1519, Erasmus escreveu a Thomas Wolsey, de Antuérpia, que as obras de Lutero estavam circulando "por toda parte" nos Países Baixos. Em junho de 1521, Albrecht Dürer, então em Antuérpia, observou que trocou cópias de textos luteranos com Cornelius Grapheus, pensionista de Antuérpia e um dos poucos ocupantes de cargos entre os primeiros defensores abertos de Lutero no país. No início da década de 1520, a Reforma, sem oposição em Emden (sendo adotada pelo Conde Edzard, o Grande, da Frísia Oriental), e se espalhando pelos textos de Lutero, já era um importante fator religioso e cultural em todas as partes dos Países Baixos (P. 78; Tradução própria).

Por isso, as décadas seguintes foram marcadas pelo misto de duas questões entre o povo neerlandês: a grande agitação político-religiosa e as perseguições. Sobre o

¹³ Segundo Lindberg (2018), todos os súditos foram proibidos de ajudar ou mesmo se comunicar com Lutero sob pena de aprisionamento e confisco de propriedade.

primeiro ponto, é importante saber que a instauração habsburga naquela região “deixou sua marca”, como registra Israel (1995). Em 1531, por exemplo, quando Maria da Hungria assumiu a posição da falecida Margaret, o imperador dedicou-se à reorganização e ao fortalecimento da administração dos Países Baixos. Além disso, no mesmo ano, estabeleceu três novas instituições centrais, um grande órgão formal chamado "Conselho de Estado", um conselho de finanças reorganizado e um conselho secreto. Ademais, instaurou que os principais representantes do governante Habsburgo, nas províncias, eram os governadores provinciais, ou *stadtholders*. Todas essas informações demonstram o empenho de Carlos na busca pela centralização política da região.

Vale ressaltar também que, no período de seu reinado, Carlos V foi o responsável por anexar as províncias de Frísia (1524), Overijssel e Utrecht (1528), Groningen e Drenthe (1536) e Gelderland (1543), o que igualmente revela seu desejo de unificá-las, no que encontrou resistência. Na verdade, tal resistência, em grande parte, tinha raízes religiosas. Isso porque os ideais reformadores ganharam considerável aceitação nos Países Baixos, como já dito. O próprio humanismo, como anteriormente mencionado, foi um contribuinte para expansão protestante, teve grande contribuição neerlandesa, a exemplo de Erasmo de Rotterdam, conforme explica Israel (1995) em seu capítulo “Humanismo e as Origens da Reforma (1470-1520)”¹⁴. Além disso, a educação na região era motivo de orgulho. Ao contrário de outras partes da Europa, um número apreciável de pessoas sabia ler e escrever¹⁵ - aproximadamente um terço da população -, o que colaborou para que a Bíblia fosse lida, seguindo os incentivos e as lentes protestantes, já que muitas obras reformistas foram rapidamente traduzidas para o neerlandês. Por essas razões, os efeitos da Reforma naquela terra foram muitos mais pluralistas, e lá coexistiram várias tendências religiosas. Afinal, naquele país amante da liberdade, os ideais de uma religião mais livre das imposições da Igreja espalharam-se rapidamente. Conforme expõe Matos (c2020), as primeiras influências luteranas e anabatistas começaram a espalhar-se nos Países Baixos já em 1520. Contudo, foi a

¹⁴ Sobre isso, Jonathan Israel (1995) destaca o movimento “*Devotio Moderna*” ou “Devoção Moderna”, originado nos ensinamentos de um burguês devoto, Geert Groote, em Deventer e seus arredores durante o final do século XIV. Os valores transmitidos pelo movimento centravam-se no desenvolvimento interior do indivíduo, além de enfatizar a melhoria e expansão das bibliotecas e educação em geral. O autor destaca que o “*Devotio Moderna*” teve considerável influência nos Países Baixos, em especial, no norte.

¹⁵ Segundo a professora Van Halsema (2017), “eles se orgulhavam de que o mais pobre pescador frísio, em sua humilde cabana junto ao mar, podia ler a Bíblia e falar sobre ela de forma inteligente”.

partir de 1523¹⁶ que a fé reformada se fez sentir, momento em que Hinne Rode, proeminente estudioso holandês da época, estreita contatos com o reformador suíço Ulrico Zuínglio¹⁷. Por fim, o movimento iniciado por João Calvino, o mais proeminente¹⁸, também ganhou força e adeptos, depois de chegar à região por meio dos Huguenotes¹⁹ que fugiam da perseguição na França. Tudo isso, salienta-se, aconteceu sob as sombras da repressão religiosa do imperador vigente (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998; VAN HALSEMA, 2017).

Carlos V, como já se mostrou ser o evento em Worms (1521), foi um adversário pertinaz de Lutero e de seus seguidores. Assim, com o crescimento dessas outras vertentes derivadas, sua reação foi a mesma. Não se sabe ao certo a quantidade de mortos protestantes nos Países Baixos, mas, em toda a região do império, somam-se em 50 mil as vidas massacradas por não seguir seus éditos que proibiram manifestações hereges, a saber, protestantes. Por tais comportamentos, Sua Majestade foi obrigado a assinar, em 1555, a Paz de Augsburgo, que surge para solucionar as diferenças religiosas na Europa, que geravam, também, o isolamento cultural dos tribunais da Europa central. Nesse acordo, definiu-se que no Sacro Império Romano cada príncipe poderia escolher sua religião e fixá-la a seus súditos - *cuius regio, eius religio*²⁰ ("De quem [é] a região, dele [se siga] a religião", em latim). Com isso estabelecido, os Países Baixos teriam que continuar católicos, apesar do intenso movimento protestante interno.

¹⁶ Nesse mesmo ano, a fé reformada difundia-se exponencialmente por todo o continente, mas, de modo especial na Europa Ocidental, já que, em 1522, o Novo Testamento foi publicado na Bélgica. A tradução havia sido feita por Erasmus de Rotterdam (1466-1536). Com a facilidade de acesso deixada por Rotterdam à leitura do livro até então proibido pelo papa, o povo passa a lê-lo em seu idioma nativo, por conta própria. Vale ressaltar que Erasmus deixou, por essa e tantas outras contribuições feitas à patrística, uma marca indelével à espiritualidade, entre católicos e protestantes, ainda que esses discordem sobre ele. Para os primeiros, passou a "cheirar à heresia" e ao germe protestante; para os segundos, não teve a coragem ou a inspiração de romper com a falsa Igreja. (LEONE, 2020)

¹⁷ Ulrico Zuínglio havia começado seu trabalho em Zurique no ano de 1519, mesmo ano em que Carlos V tornou-se Lorde de todos os Países Baixos (1519-1555), depois de romper com a tradição católica. Zuínglio é conhecido por ser o maior difusor do protestantismo na Suíça, bem como pela autoria de uma compilação de suas formulações doutrinárias, denominada *67 Conclusões*, publicada em 1523. Seguidor inspirado de Erasmus de Rotterdam e de Lutero, morre em 1531, na batalha de Kappel, conflito religioso em que atuou na linha de frente. (MEYER, 2009)

¹⁸ Sobre a popularidade calvinistas, Elliot (1985) afirma: "Num momento em que a Igreja Romana finalmente começava a responder com algum êxito ao desafio da heresia, o calvinismo dispunha de certas vantagens óbvias sobre o luteranismo enquanto credo militante. As suas doutrinas eram mais definidas e estavam formuladas de modo mais claro; os seus seguidores eram mais disciplinados; o seu sistema celular de organização eclesiástica tornava possível a sua propagação e crescimento independente, mesmo quando as autoridades seculares se opunham ao seu estabelecimento" (p. 24).

¹⁹ Huguenotes era o nome dado a protestantes franceses durante as guerras religiosas naquele país. Eram majoritariamente calvinistas.

²⁰ A expressão em latim foi cunhada pelo imperador Constantino, no terceiro século d.C.. Na Reforma Protestante, em específico na Paz de Augsburgo, o termo foi novamente utilizado, quando permitiu-se que se um príncipe fosse católico, católica seria a região, da mesma forma para os protestantes (GOOGLE ARTS AND CULTURE, 2022).

Mas, vale ressaltar, Augsburgo foi moderadamente bem sucedido em aliviar a tensão, mas deixou muito a fazer, pois as perseguições nunca pararam de fato. Depois de dar sua assinatura, então, Carlos V abdica do trono, no mesmo ano, para que seu irmão Fernando, ascendesse à posição de imperador do Sacro Império Romano e seu filho, Filipe II, recebesse como herança a Espanha e as dezessete províncias neerlandesas. (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998; PARKER E SMITH, 1998; VAN HALSEMA, 2017).

2.2. Filipe II

“Filipe, pela graça de Deus, príncipe da Espanha!”. Esse foi brado dos arautos reais na cerimônia de batismo do primogênito de Carlos V. Ainda que simbólica, a exclamação era limitada, afinal, Filipe II herdaria muito mais do que apenas a Espanha. Inicialmente, na verdade, seu governo estendia-se, também, para as prósperas províncias neerlandesas, bem como Nápoles, América, Filipinas, etc. Contudo, diferente de seu pai, que se comunicava em diversos idiomas, Filipe falava apenas o espanhol nativo e era muito mais apegado à sua própria terra. Por essa razão, nomeou sua irmã Margarida de Parma²¹ (1522-1586) como governadora dos Países Baixos, para uma regência que durou treze anos. A postura da regente, detalha Israel (1995), era fortemente dinástica e autoritária, e de pouca inclinação para cultivar os Estados provinciais ou a alta nobreza²². Seguindo as instruções do irmão, Margarida empenhou-se em continuar a repressão contra os protestantes, seguindo os Éditos de Filipe, promulgados desde 1520, quando ainda era seu pai que ocupava o poder. Ao mesmo tempo, o príncipe esforçava-se para fazer o mesmo em outras regiões, chegando a matar cerca de 450 protestantes ingleses, por exemplo, atos sobre os quais se orgulhava, como escreve Parker (2014): “O rei não se arrependeu. Mais tarde, ele se gabou de que ‘muitos hereges foram queimados e muitos outros convertidos’ na Inglaterra durante seu reinado” (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998; PARKER, 2014).

²¹ Engana-se quem pensar que Filipe II confiou cegamente os Países Baixos aos feitos da irmã. Conforme descrevem Van Halsema (2017) e Parker (2014), para certificar-se de que Margarida seguiria suas instruções, Filipe enviou o filho dela para a Espanha, junto dele, como uma espécie de refém. Não obstante, tornou o bispo de Arras o principal conselheiro da irmã, para ajudá-la a manter os seus ideais.

²² Segundo Israel (1995), esse desinteresse em cultivar Estados provinciais ou a alta nobreza são evidenciados em seus conselheiros pessoais, que eram em sua maioria estrangeiros: “como Mercurino di Gattinara e Nicholas Perrenot, pai do futuro cardeal Granvelle, funcionário do Franche-Comté. Ignorando a maior parte da alta nobreza, incluindo Hendrik III, conde de Nassau (1483-1538), o único magnata por quem ela mostrou alguma consideração foi Antoine de Lalaing, conde de Hoogstraten.” (p. 35).

Todavia, a divergência entre católicos e protestantes naquele período não é resultado meramente de decisões e crenças particulares de Filipe II. Pelo contrário, tais movimentações político-religiosas eram resultado dos objetivos da Igreja Romana vigente, que, no século XVI, precisava fortalecer-se frente ao avanço protestante. A instituição, outrora em monopólio, viu-se ameaçada e, para manter seu poder e seus dogmas, trabalhou no fortalecimento dos - já existentes - Tribunais do Santo Ofício, criados pela Inquisição para combater heresias, por meio do julgamento àqueles que as espalham. Sobre isso, Israel (1995) escreve: “O senso de urgência (...) surgiu da percepção, no final da década de 1550, de que mesmo externamente a Igreja oficial estava desmoronando” (Tradução própria). Essas ações tiveram grande apoio dos reis católicos da Espanha, afinal, tal relação era mutuamente benéfica. Em suma, é injusto reduzir toda a divergência à conduta intolerante Filipe, quando, na verdade, suas posições são parte de um todo em que o catolicismo insere-se no contexto em questão.

Um exemplo de reação a esse “desmoronamento” foi o Concílio de Trento, ocorrido na cidade que lhe dá o nome, na Itália, entre os anos 1545 e 1563, quando trabalhou-se para reafirmar os dogmas católicos na igreja européia. Em “*Trent: What Happened at the Council*”, O'Malley²³ (2013) afirma que “a longa distância entre o início e o fim do concílio resultou em um elenco extraordinariamente grande de participantes” (Tradução própria), indicando que a preocupação com a manutenção da fé católica estendia-se para muito além de Filipe II. Neste evento convocado pelo Papa Paulo III, discutiu-se algumas das principais doutrinas católicas, visando responder às críticas protestantes. Por essa razão e por seu desfecho culminar na rejeição explícita ao protestantismo e na intensificação da Inquisição moderna, diz-se que esse concílio foi um dos principais marcos da Contrarreforma católica. Logo, é imprescindível considerar sua relevância para tal período e, do mesmo modo, para o erguimento do conflito posterior.

Nesse mesmo período, notabiliza-se uma figura importante, Guilherme de Orange, a quem Filipe II confiou a posição de *stadtholder* da Holanda, Zelândia e Utrecht. Tal decisão não foi ao acaso, pelo contrário, Filipe escolheu Orange de modo estratégico, após ponderar a proeminente influência do magnata em Bruxelas e em

²³ John William O'Malley SJ é um acadêmico americano, historiador católico e padre jesuíta. Ele é um professor universitário na Universidade de Georgetown, alojado no Departamento de Teologia e Estudos Religiosos. Foi ganhador da Bolsa Guggenheim para Ciências Humanas, Estados Unidos e Canadá (WIKIPEDIA, 2022).

Brabante. Sem contar, é claro, com o fato de Guilherme ser um enérgico defensor da política real e muito favorável ao imperador. Por isso, escreve Israel (1995), “a nomeação feita por Filipe a Guilherme de Orange como *stadtholder* da Holanda, Zelândia e Utrecht não era apenas um reconhecimento de seu poder e riqueza, mas uma indicação de que a Coroa esperava que ele fosse tão solidário no futuro quanto havia sido no passado” (P. 140; Tradução própria). Solidariedade essa que lhes era necessária já naquele momento, afinal, Margarida enfrentava em seu governo alguns atritos entre os nobres ascendentes e a coroa. Sua figura é, além disso, destacada por razões que virão à tona mais tarde, quando o líder tomou a frente na Revolta. Contudo, por ora, sua importância reside na posição que ocupava, até então em apoio a Filipe (ISRAEL, 1995).

Filipe II buscava nos Países Baixos, antes de tudo, unificação religiosa e centralização administrativa e política. Para sua frustração, nenhum dos dois objetivos seriam facilmente alcançados, afinal, encontrou resistência não apenas da população, mas “de cima” também: os representantes das províncias e a alta nobreza negaram-lhe apoio e resistiram aos esforços de centralização e às perseguições. Além disso, conforme aponta Israel (1995), em uma tentativa de melhorar a situação financeira das províncias, simplificar o processo de exigências fiscais aos seus súditos e promover a coesão, Filipe II impôs uma série de novas taxas. Contudo, os estadistas não viam com bons olhos o fato de o rei não buscar o consentimento das províncias para um decreto como esse. Para eles, decisões políticas importantes - como sucessões, políticas financeiras, assuntos legais e negócios internacionais - nunca deveriam ser tomadas sem que fossem consultados para conselho e consentimento. Não suficiente, em 1559, um episódio semelhante repetiu-se. A bula papal daquele ano decretou uma reorganização da estrutura diocesana da igreja católica nos Países Baixos. Mais uma vez, a alta nobreza não foi consultada quando Filipe nomeou novos bispos para fortalecer seu controle sobre as regiões. Dessa forma, o filho de Carlos V perdia cada vez mais apoio (PARKER, 2014; VAN GELDEREN, 2001).

Todos os fatores citados - a conduta de intolerância religiosa da Igreja Romana, somada à maior tributação que havia sido imposta e à organização das províncias - foram combustíveis para o descontentamento neerlandês quanto aos Habsburgos, que transformou-se em uma revolta aberta. Assim, como afirma Kennedy (1989), a fratura da cristandade tradicional arrasta multidões para uma luta transnacional no continente

européu sobre doutrinas religiosas. Este é o alvorecer da Revolta Holandesa, tema do próximo capítulo (PARKER, 2014).

CAPÍTULO 3. A NARRATIVA POLÍTICO-RELIGIOSA

Como destaca Judith Pollmann, professora especializada em história moderna da Holanda, é importante lembrar-se que, no Século de Ouro, os parâmetros para o desenvolvimento da cultura holandesa foram estabelecidos pela guerra. Afinal, três gerações viveram uma guerra responsável por transformar em grau drástico toda uma sociedade, em um curto período de tempo, a Revolta Holandesa (também nomeada de Guerra dos Oitenta Anos). Por tanto envolver o povo, a Revolta, antes mesmo de ser observada como um conflito nacional contra a Espanha, ou uma luta protestante contra o catolicismo, é considerada uma guerra civil (POLLMANN, 1999).

Sendo um conflito civil, é preciso tomar nota da dualidade interna observada entre Sul, aproximadamente a área que mais tarde tornou-se a moderna Bélgica e Luxemburgo, e Norte, aproximadamente a área que se desenvolveu no moderno reino dos Países Baixos. De acordo com Israel (1995), uma série de fatores políticos, econômicos e geográficos tornaram as duas regiões entidades separadas muito antes da grande “Revolta de 1572”. Também acrescenta:

Durante a maior parte da história das Províncias Unidas, a lealdade e a identidade foram baseadas no sentimento provincial, cívico e, às vezes, rural local, em vez de no apego à República como um todo. A esse respeito, a estrutura federal frouxa que se desenvolveu adequava-se bem à disposição e às atitudes de sua população. Em particular, a política frequentemente girava em torno da tensão entre a província dominante da Holanda e o resto das províncias, que se esforçavam continuamente para proteger seus interesses locais e evitar serem dominadas. Mas, a meu ver, é precisamente essa tensão que também durante séculos antes da Revolta formou o quadro da política ao norte do estuário do Escalda e do Maas. (ISRAEL, 1995, p. 6; Tradução própria).

Por essa razão, o historiador afirma que pode-se dizer que a Revolta ampliou e reforçou uma dualidade já existente há muito tempo na política e na vida econômica. Acrescenta-se apenas uma ressalva para essa separação em algumas áreas, visto que na religião, nas ideias, na arte e em grande medida (até as províncias meridionais de língua holandesa de Flandres, Brabante e Limburgo) também na língua e na literatura, eles formavam, antes da revolta, uma única cultura. A este respeito, a Revolta constituiu uma ruptura sem precedentes e decisiva. Contudo, em termos políticos e econômicos, é possível enxergar duas identidades distintas. Assim, formam-se as bases para entender o desenrolar de todo esse conflito (ISRAEL, 1995; POLLMANN, 1999).

A Revolta Holandesa iniciou-se a partir de rebeliões, nas quais os Países Baixos levantaram-se em favor de sua soberania. Muitos foram os eventos que motivaram o

início desse levante. Mas a gênese de todos eles está no descontentamento com o domínio espanhol, em especial, quanto à liberdade religiosa e política, duas áreas que estavam entrelaçadas no período e polarizadas de muitas formas, preparando progressivamente o território para o conflito, afinal:

Uma revolução, uma revolta verdadeiramente grande do tipo que transforma fundamentalmente o curso da história, só pode surgir onde houve uma longa gestação criando intransponíveis brechas constitucionais, sociais, ideológicas e espirituais (...). Para que isso aconteça, deve haver um período preparatório de polarização de atitudes, ideologias e visões constitucionais que dura décadas. (ISRAEL, 1995, P. 169; Tradução própria)

Destarte, há muito o que ser visto sobre como esse conflito transcorreu. Começaremos, pois, pela primeira metade dele, iniciada em 1560 (PARKER, 2014).

3.1. Anos 1560-1608;

Van Nierop (2001), em *“The Origins and Development of the Dutch Revolt”* (“As Origens e o Desenvolvimento da Revolta Holandesa”, traduzindo para o português) afirma, no início de seu primeiro capítulo sobre o conflito, que a nobreza teve um papel crucial na eclosão do conflito. Afinal, como aponta Israel (1995), essa classe ocupava algumas das posições principais no processo administrativo das províncias e a aceitação de Filipe II entre essa classe era decrescente, por três grandes razões, segundo Sreenivasan (2003): O fato de não terem sido consultados; a afronta à tradição e ao privilégio local; e a intolerância religiosa, demonstrada nas mudanças eclesiásticas. Assim, as rebeliões protestantes no final da década de 50 e início da de 60 aqueceram-se, sendo em grande parte conduzidas pela nobreza.

Nesse mesmo período, destaca Elliot (1985), tais grupos protestantes fortaleceram-se; e mais: Devido à reabertura das fronteiras nacionais - após a paz de Cateau-Cambrésis - os exilados calvinistas neerlandeses infiltraram-se nos territórios próximos, como a França. Desses, explica Israel (1995), muitos voltaram mais tarde para a Revolta. O que era especialmente verdade na província da Holanda, onde “mais de um quarto da nobreza da Holanda estava diretamente implicada em heresia e oposição e muitos mais tinham pouca simpatia pelas políticas de Filipe II.” (ISRAEL, 1995). Além disso, muitos movimentos aqueciam internamente, como o iniciado por Guido de Brès, ministro de uma congregação secreta em Doornik. O belga foi o

responsável por escrever, 1561, uma confissão de fé²⁴ “para os fiéis que estão dispersos por todos os Países Baixos”, como ele mesmo o disse. Essas citações são capazes de demonstrar o factível: O movimento reformado espalhava-se a ritmo imparável nos Países Baixos, arrastando multidões não apenas entre a população, mas entre os nobres também. É por isso que Filipe II encontra tanta resistência quando impõe as novas alterações dos bispados (ELLIOT, 1985; VAN GELDEREN, 2001).

Desse modo, o conflito sobre a reorganização eclesiástica contribuiu em grande nível para a ruptura entre a nobreza e o procurador real Antoine de Granvalle. Foi ele mesmo, inclusive, que alertou o monarca quanto aos riscos que corria ao estacionar frotas nas terras neerlandesas, dizendo: "As tropas devem ser retiradas imediatamente; do contrário, o resultado será uma revolta", quando Filipe II se posicionou em resposta à resistência que enfrentara. Contudo, no momento em que finalmente deu ouvidos ao procurador, já era tarde demais; a revolta já havia despontado. Inicia-se, portanto, uma série de invasões armadas lideradas por Guilherme de Orange, em agosto de 1566.

Nessa ocasião, a onda calvinista e a agitação social combinadas fundiram-se no início do conflito. Como líder da rebelião, Orange utilizou-se de recursos humanos, de negociação e da influência que havia construído enquanto *stadthouder*, o que pode ser dito em conformidade com o que escreve Israel (1995):

Com a ajuda de vizinhos principescos protestantes (...) ele [Orange] levantou quantias impressionantes de dinheiro. Ele se cercou de um séquito considerável de nobres holandeses exilados, incluindo membros de sua antiga casa em Breda. Também negociou com outros príncipes alemães e governantes europeus (...). Trouxe para seu auxílio propagandistas altamente qualificados, principalmente seu talentoso secretário, Marnix de St Aldegonde. De Nassau a Dillenburg, gerou uma corrente de propaganda, elaborando sobre a 'crueldade espanhola', vilipendiando Alva e assegurando à população dos Países Baixos que seu recurso às armas era o único meio de salvar o país da 'escravidão insuportável' (P. 162; Tradução própria).

Frente a tamanha desordem, Margarida de Parma apresentou sua demissão. No seu lugar, assume o duque de Alba, D. Fernando Alvarez de Toledo, no ano seguinte. Foram concedidos a ele poderes amplos, e sua missão pessoal - em submissão à Igreja Romana - era, segundo Israel (1995), “silenciar os rebeldes e exterminar a heresia”, a chamada “expedição de castigo”. Instituiu, também, o “Conselho dos Tumultos” - popularmente chamado de “Conselho de Sangue” - que tinha comissões em cada província e lhe permitia condenar qualquer pessoa, independente de patente ou classe

²⁴ Esse documento, conhecido como Confissão Belga, foi adotado por um sínodo em Antuérpia, em 1566, vindo a se tornar o principal padrão doutrinário dos calvinistas holandeses. Seu autor foi martirizado em 1567.

social. Conforme escreve Israel (1995), “a intimidação do país era apenas um meio para um fim”, pois o que motivava o programa era o interesse de reviver a Igreja Católica nos Países Baixos e “ajudá-la a reconquistar os corações e mentes da população”. A partir daí, houve maior intensificação da perseguição aos protestantes, que já formavam um grupo numeroso, principalmente no norte (ISRAEL, 1995; VAN GELDEREN, 2001).

Diante dessa opressão, muitos, inclusive Orange, refugiaram-se em outros lugares, como Emden, Londres e Frankfurt. Outros rebeldes continuaram a resistência do mar, os “*Watergeuzen*” (Mendigos do Mar), que levam o nome porque, anos antes, um dos conselheiros de Margarida havia se referido aos rebeldes como mendigos²⁵. Foi com eles que Orange entrou em contato para que, junto a outros refugiados da Alemanha e da Inglaterra, pudessem reagir aos feitos do duque. Assim, em 1568, acontece a Batalha de Heiligerlee, travada entre os rebeldes neerlandeses e o exército espanhol. O conflito ocorrido na província de Groningen foi a primeira vitória neerlandesa na guerra. Afinal, foi naquele momento que se iniciou o embate que mudaria os rumos da história holandesa: A Revolta Holandesa, que perdurou até 1648 (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998).

Figura 3 - Tropas espanholas em 1567, gravura de Franz Hogenberg (Pintor banido pelo Duque de Alba por ser protestante).



²⁵ A fala do conselheiro tinha um tom irônico, de desprezo aos primeiros atos de rebelião. Disse: “*Ce ne sont que les gueux*” (Não são mais que mendigos). Não se sabe mais informações a respeito desse homem, mas certamente houve espanto de sua parte ao ver que aqueles mendigos multiplicaram-se e reverteram os rumos do domínio espanhol (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998).

Se o dito anteriormente é verossímil para as primeiras invasões, torna-se particularmente verdade quanto ao ano de 1572: As discordâncias sociais e religiosas entre as províncias nortistas e sulistas estavam em ebulição, fazendo crescer as divergências sobre ambos. Divergências essas, assevera Israel (1995), que se estenderam não apenas por anos ou décadas, mas séculos. Mas, no que cabe àquele momento, não se pode omitir a insurreição de 1572, quando os “*Watergeuzen*” capturaram a cidade portuária de Brill. A partir deste momento, o cenário de apoio aos espanhóis enfrenta drástica mudança e cidades como Leiden passaram a declarar-se apoiadoras de Orange. Enquanto reagem, enviando tropas espanholas, Orange responde com rapidez, por meio do envio de emissários para a Holanda e a Zelândia, o que conduz a uma agitação ainda maior dos rebeldes. À medida que esses avançavam, o número de províncias nortistas que se declaravam a favor de Orange crescia, acrescentando união aos grupos rebeldes. Unidas contra os amotinados espanhóis, as províncias do Norte discorriam gradativamente mais sobre as divergências em relação ao oponente.

Como previamente dito, esse conflito civil tinha profundas raízes religiosas. Por isso, no meio da disputa por territórios neerlandeses entre os nativos e os espanhóis, a fermentação religiosa, com a divulgação de ideias protestantes estava, também, “a todo vapor”. A exemplo disso, em 1566, Peter Dathenus publica o Catecismo de Heildelberg em sua versão holandesa do Saltério de Genebra. Além disso, em 1571, surge a *Hervotmde Kerk*, Igreja Reformada Holandesa, uma nova instituição de caráter nacional. Mas, nesse contexto, onde estavam os católicos dos Países Baixos que não tinham se convertido aos protestantismo? Enquanto Filipe II declarava com furor que preferia “morrer cem mortes a ser um rei de hereges”, seus apoiadores continuavam lhe fornecendo suporte [ver imagem 4]. Em razão das forças aristocratas católicas conservadoras serem mais presentes no sul do país, as províncias daquela área eram predominantemente, também, católicas. Por isso, com o apoio de Filipe II, em 1579, formaram uma união para a preservação de sua fé. Desse modo, agruparam-se na União de Atrecht - ou União de Arras²⁷ - e reconheceram o poder real. Em resposta de defesa, apenas dezessete dias depois, as sete províncias rebeldes do Norte,

²⁶ Disponível em: <[https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Inname_van_Valenciennes,_1567_Serie_5_Nederlandse_Gebeurten_issen,_1566-1570_\(serietitel\),_RP-P-OB-78.789.jpg](https://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Inname_van_Valenciennes,_1567_Serie_5_Nederlandse_Gebeurten_issen,_1566-1570_(serietitel),_RP-P-OB-78.789.jpg)>

²⁷ O nome deve-se à localidade onde o acordo da união havia sido assinado, em Arras, na França.

calvinistas-burguesas, fizeram o oposto: criaram a União de Utrecht²⁸ (Holanda, Zelândia, Utrecht, Frísia, Groningen, Overijssel e Gelderland; sendo Holanda a mais rica), que se firmou contra a Espanha, determinando desobediência civil às ordens de Filipe II e autonomia em relação a elas. Nesse grupo, prometeu-se fidelidade mútua e unanimidade na tomada de decisões importantes (MATOS, c2020; MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998; VAN HALSEMA, 2017).

No que diz respeito à religião, determinaram entre si a liberdade de consciência, logo, a ausência de perseguições, conforme registrado no artigo XIII de seu documento oficial de Constituição da União:

Quanto à questão religiosa, os Estados da Holanda e da Zelândia agirão de acordo com seu próprio prazer, e as demais Províncias desta União seguirão as regras estabelecidas na paz religiosa redigida pelo Arquiduque Matthias, governador e capitão-general dessas países, com o conselho do Conselho de Estado e dos Estados Gerais, ou estabelecerá os regulamentos gerais ou especiais sobre esta matéria que julgarem bons e mais adequados para o repouso e bem-estar das províncias, cidades e membros individuais das mesmas, e a preservação dos bens e direitos de cada indivíduo, seja eclesiástico ou leigo, e nenhuma outra Província poderá interferir ou criar dificuldades, desde que cada pessoa permaneça livre em sua religião e que ninguém seja investigado ou perseguido por causa de sua religião, conforme previsto na Pacificação de Ghent (CONSTITUTION SOCIETY, 2022)

Para explicar essa determinação, recorre-se a Van Gelderen (1989) que, em “*Conceptions of Liberty During the Dutch Revolt (1555-1590)*” (“Concepções de Liberdade Durante a Revolta Holandesa” nome traduzido para o português pela autora), explica que isso acontece porque a União entendia a liberdade de consciência como parte essencial da liberdade individual humana, sendo um direito político. Diante disso, é justo afirmar que tal anseio pela manutenção da liberdade, além de ser uma rejeição aos modos espanhóis de governo, foi, também, fundamentado pelo forte desenvolvimento humanista na região, que promoveu o estímulo ao senso crítico e à reflexão, como já mencionado anteriormente. Acrescenta-se, também, que a valorização dessa liberdade era notável nas literaturas comuns da época da Revolta - o que colabora para a construção deste pensamento -, tomando o exemplo de “*Complaint of the Sorrowful Land of the Netherlands*”, redigido em 1568. Em suma, é possível concluir que os preceitos que regiram a União de Utrecht foram determinados pela resposta aos antigo governo, dentro de um contexto favorável a isso.

É interessante observar que reinaram, entre eles, os mesmos princípios buscados pela nobreza antes de estourar a guerra. Essas determinações aconteceram como um

²⁸ Para conferir o texto de constituição dessa União, acessar o sítio eletrônico: <https://www.constitution.org/1-Constitution/cons/dutch/Union_Utrecht_1579.html>.

acordo provisional, porém, tornou-se a base da República, algum tempo depois. Apesar de separarem-se da Espanha já naquele momento, a independência só ocorreu oficialmente em 26 de julho de 1581, sob a entrega de um manifesto em Haia. Nele, dizia-se (MATOS, c2020; MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998; VAN HALSEMA, 2017):

Acreditamos que um príncipe é imposto por Deus aos seus súditos, principalmente para protegê-los de toda injustiça. Se, em vez disso, ele lhes rouba velhas liberdades, privilégios e direitos baseados no costume e os humilha como escravos, não deve mais ser considerado príncipe e, sim, um tirano. Por isso, seus súditos têm o direito de desobedecê-lo, abandoná-lo e eleger outro líder máximo para substituí-lo", dizia o documento (DW, 2020).

Figura 4 - “Cristo Investe Filipe II com a Insígnia da Realeza”, do holandês católico Hieronymus Wierix, 1585. Na imagem, Jesus abençoa Filipe enquanto lhe entrega o globo²⁹.



Fonte: PARKER, Geoffrey. “Imprudent King - A New Life Of Philip II” (2014), p. 25.

Assim, percebe-se uma nova fase do conflito, marcada pela divisão entre o sul católico e o norte protestante, não apenas política, mas, também, religiosa. Na assinatura do Ato de Abjuração, declarou-se ilegal o catolicismo no Norte. O governo aceitava a prática católica, sob a condição de serem seguidas algumas regras rígidas. Conforme escreve Polkowski (2012) em “*A Struggle For Survival: The Continuity of Catholic Religious Literature in Holland: The Example of Delft*”, as casas e propriedades privadas dos católicos leais ao exílio foram entregues aos refugiados calvinistas que retornaram. No mesmo ano, foi emitido o “placard” (*plakkaat*) contra o culto católico. Com essa

²⁹ A entrega é feita juntamente com espada, ramo de oliveira, coroa e cruz. Anjos preparam palmas e louros de vitória enquanto o papa, ignorado por todos, olha maldosamente. Demonstrando que, apesar de católico, Filipe II perdera a proximidade com o papa, mas ainda tinha apoiadores dessa religião.

legislação vigente, os católicos foram impedidos de realizar reuniões religiosas (mesmo em casas particulares), usar roupas sacerdotais, organizar escolas ou divulgar literatura católica. Assim, aqueles que professavam essa fé reuniam-se de forma secreta; como é o caso da igreja *Our Lord in the Attic* (Nosso Senhor do Sótão)³⁰, em Amsterdam, escondida no sótão de três casas. Hoje, essa localização é um museu. Em suma, ainda que os católicos não fossem tão penosamente perseguidos como os reformados o foram com Filipe II, era notável uma certa “vingança” em tons de intolerância religiosa também do lado protestante que perdurou por muitas décadas (MUSEUM ONS’ LIEVE HEER OP SOLDER, 2022; POLKOWSKI, 2012).

Nesse mesmo período, o conflito toma proporções internacionais, trazendo para dentro a participação de outras potências. Sobre essa união, Kennedy (1985) escreve:

“O que fora antes a rebelião local dos protestantes dos Países Baixos contra o governo espanhol se tinha ampliado, transformando-se numa nova luta internacional. Do outro lado da Mancha, na Inglaterra, Isabel I tinha contido quaisquer ameaças internas (fossem espanholas ou papistas) à sua autoridade e prestava ajuda militar aos rebeldes dos Países Baixos.” (KENNEDY, 1985, p. 45)

Dessa maneira, os anos seguintes de guerra são marcados por duas coisas: (1) O apoio internacional³¹ francês³² e inglês, e (2) uma sucessão de tentativas de novos governadores para as províncias recém soberanas. O primeiro deles veio logo após a declaração de independência: Duque de Anjou, irmão do rei francês Henrique III, que acabou fracassando na função, logo, buscou-se outro nome para ocupá-lo. Oferece-se, então, a posição para Henrique III e à rainha inglesa Isabel. Ambos recusam, mas ela acaba por enviar o conde de Leicester Robert Dudley, que tornou-se governador geral por apenas dois anos. Sem ter obtido a confiança dos dirigentes provinciais, foi tirado do cargo em 1588. Diante da decepção, as lideranças dos Estados Gerais optaram por não escolher outro príncipe, logo, governaram por conta própria (ELLIOT, 1985; MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998).

Nessa mesma década, outro evento conturbou as províncias do Norte. Guilherme de Orange, líder da rebelião, foi assassinado. Desde o ano da independência, Filipe II havia oferecido a qualquer pessoa que tirasse a vida do príncipe. Então, um seguidor

³⁰ Para mais informações e imagens do museu, visitar o sítio eletrônico a seguir: <<https://opsolder.nl/en/museum-our-lord-in-the-attic/>>.

³¹ Na França, os Huguenotes tiveram papel importantes e forneceram esse apoio; na Inglaterra, John Knox, fundador do presbiterianismo, também juntou muitos seguidores e o país já havia se declarado protestante.

³² Para mais informações sobre a união França-Países Baixos, consultar o capítulo VIII de “A Europa Dividida (1559-1598)”, de John Huxtable Elliot.

ferrenho do rei espanhol decidiu seguir com um plano. Era o católico Balthasar Gérard. Sua estratégia inicial foi alistar-se no exército de Pedro Ernesto de Mansfeld, da região de Luxemburgo, onde ficou por três anos, mas não foi bem-sucedido em encontrar Guilherme. Por isso, caminhou por outra direção: ele mesmo se apresentou ao líder como um nobre francês disposto a ajudá-lo, em vista de ganhar sua confiança e aproximar-se. Depois de cumprir com uma missão que o próprio Guilherme lhe havia confiado, em 10 de julho de 1584, retorna a Delft e atira em de Orange à queima-roupa. Segundo documentos oficiais, as últimas palavras do protestante foram: “Meu Deus, tenha piedade da minha alma; meu Deus, tenha piedade deste pobre povo”. Até hoje, inclusive, é possível visualizar as balas na parede do Museu de Prinsenhof Delft e a reconstrução do assassinato. Depois de sua morte, a situação das províncias rebeldes piorou e a região enfrentou tempos difíceis (DELFT, 2022; MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998).

Figura 5 - Reconstrução do Assassinato de Guilherme de Orange no Museu de Prinsenhof Delft



Fonte: Site Oficial da Cidade de Delft (2022)³³. Acesso em: 19 de julho de 2022.

Com o falecimento do Filipe II e conquista espanhola da Antuérpia, cidade importante dos Países Baixos, em 1585, acontece um enfraquecimento interno das províncias. Contudo, depois de assumir sua própria soberania - também frustrar-se na busca por príncipes - e do afundamento de uma importante frota espanhola, a Armada Invencível, os Países Baixos seguiram para a conquista de novos territórios importantes,

³³ Disponível em: <<https://www.delft.com/william-of-nassau-dillenburg-william-of-orange>>

contando com o comando de Maurício de Orange (1567-1625), filho do recém falecido Guilherme. Na posição de *stadthouder*, Maurício foi deveras importante, devido à sua organização militar, a exemplo do desenvolvimento da Linha de Água Holandesa (*Hollandsche Waterlinie*, em holandês), em que utilizou da formação de corpos d' água naturais para criar um conjunto de estruturas defensivas. Ademais, sob sua liderança, muitas batalhas foram vencidas.

Com esse avanço e a morte de Filipe II, os espanhóis perdem força e entram em posição defensiva. Em meio a esses conflitos, em 1598, a filha de Filipe II, Isabel, casou-se com o arquiduque Alberto da Áustria e recebeu como presente as províncias neerlandesas meridionais. Para completar o domínio, Alberto deseja conquistar as setentrionais com o seu exército, contudo, encontrou-se um impasse na disputa, em 1601, visto que ambos os exércitos tinham a mesma força. Então, com a entrada no século XVII, em 1609, a guerra foi interrompida pela Trégua dos Doze Anos, sobre a qual será o próximo tópico.

3.2. Anos 1609-1621: A Trégua dos Doze Anos

Calcula-se que, em 1600, cerca de 25 milhões dos 105 milhões de europeus viviam em território governado pelos Habsburgos. Contudo, o domínio dessa Casa não corria mais em ritmo imparável como fora no governo de Carlos V. Pelo contrário, os espanhóis estavam, nesse momento, em disputa não apenas com as Províncias Rebeldes dos Países Baixos, mas, também, França e Inglaterra, que lhes forneciam apoio. Os 70 mil rebeldes holandeses eram apoiados por um exército formado por 43 companhias inglesas, 32 francesas, 20 escocesas, 11 valonas, nove alemãs e apenas 17 holandesas, treinado por Maurício de Nassau, o que possibilitou a consolidação do fronte de batalha. Por isso, Kennedy (1989), escreve:

A continuada existência desses três Estados, França, Inglaterra e Províncias Unidas dos Países Baixos, todos capazes de questionar as pretensões dos Habsburgos no futuro, confirmou mais uma vez que a Europa de 1600 seria constituída de muitas nações, e não de uma hegemonia (P. 46).

Além disso, no início desse novo século é quando acontece a Era de Ouro dos Países Baixos, como também informa Kennedy (1989). Momento que é marcado pela expansão comercial e marítima daquela região, que foi privilegiada por manter o domínio das províncias meridionais, conforme foi abordado no final do subtópico

anterior. Com isso, os navios neerlandeses navegando em todos os oceanos, Amsterdam tornou-se um importante entreposto de mercadorias de todo o mundo. Com tamanha circulação de capital, há um proeminente florescimento econômico, que se reflete na construção de polders³⁴, na cultura e na ciência. Tratando-se, em específico, desta última, muitos foram seus impactos. Dentre eles, o desenvolvimento de uma técnica que tornou possível secar os lagos do interior do território, dando espaço para a agricultura. Desta prosperidade, beneficiou-se, sobretudo, a província de Holanda (HOLLAND, 2022; MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998; KENNEDY, 1989).

É durante esse período que acontece a grande Trégua dos Doze Anos. As razões para a pausa são elencadas por Israel (1995), que utiliza-se de diálogos daquele período, a exemplo da carta de Oldenbarnevelt, estadista neerlandês que apoiava Maurício, escrita em 1606 a um de seus enviados que estava em Paris, na qual afirmava a dificuldade das Províncias Unidas em arcar com os custos da guerra: “dentro do campo as coisas estão agora a decorrer com extrema dificuldade, mas não ousamos aumentar os impostos nas cidades e aldeias por medo de distúrbios”. No mesmo documento, o neerlandês escreveu:

Mais da metade dos habitantes das cidades e do campo estão inclinados à paz e, se houver mais reveses, o resto não permanecerá firme, especialmente porque as províncias foram despojadas de todos os negócios, prosperidade e grande parte de sua navegação, por os [tratados de paz] da França e da Inglaterra (ISRAEL, 1995, P. 399; Tradução própria).

As preocupações escritas por Oldenbarnevelt eram um retrato da situação econômica em vigor. Ainda que vitoriosos militarmente no final do século anterior, em 1605, os Países Baixos estavam “presa à defensiva e inexoravelmente perdendo terreno” (ISRAEL, 1995, P. 400). Do outro lado da disputa, a Espanha enfrentava semelhante situação de pressão financeira. Por esse motivo, era insustentável prosseguir o conflito na mesma intensidade de investimentos. Ao mesmo tempo, os neerlandeses avançavam no leste indiano, com a VOC, *Vereenigde Oostindische Compagnie* (Companhia Holandesa das Índias Orientais), conquistando Amboina, Ternate e Tidore. Essa ação holandesa - muito mais do que a situação financeira - preocupou, de fato, os ministros espanhóis, quando perceberam que não tinham os meios para impedir a influência holandesa nas Índias. Com todos esses impedimentos em vista, iniciou-se rodadas de

³⁴ “Um polder é uma porção de terrenos baixos, planos e alagáveis que são protegidos continuamente de alagamentos por meio de diques e dessecamento, visando a utilização na agricultura ou como moradia. Grande parte dos Países Baixos constitui-se de polders.” (WIKIPEDIA, 2005)

negociação entre ambos para chegar a um caminho aceitável à Espanha e às províncias. Assim, em 1608, quando sua insistência pela dissolução da VOC não alcançou resultados, a Espanha propôs uma Trégua de Doze Anos, em troca de tolerância aberta e profissão pública da fé católica nas províncias holandesas. As únicas concessões holandesas aceitas foram o aborto da planejada Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e a interrupção dos ataques da VOC aos portugueses na Ásia, ainda que tenha durado apenas até 1613. Com isso, a trégua foi assinada, em Antuérpia, no dia 9 de abril de 1609, embora estivesse explícita a insatisfação dos dois lados (BRITANNICA, c2022; ISRAEL, 1995).

Ao longo dos doze anos, percebe-se maior distribuição do poder e da influência neerlandesas, o que ocorreu por meio de seu envolvimento em grandes disputas econômicas com a Inglaterra, Dinamarca e outras potências, as quais, “até 1609, os holandeses não podiam desagradar, mas agora se sentiam à vontade para enfrentar com total liberdade” (ISRAEL, 1995). Porém, os neerlandeses lidaram com contratempos nesse espaço de tempo também, que se deviam, em grande parte, à sua nova exposição na disputa por territórios e comércio, como o foi em relação a Portugal, sobre o que escreve Israel (1995):

Nas Índias Orientais, a VOC sofreu alguma perda de dinamismo, uma vez que o Comércio Português das Índias Orientais (temporariamente) reviveu e Lisboa novamente, durante a vigência da Trégua, competiu com Amsterdão como centro de distribuição de pimenta e especiarias. Na Bolsa de Amsterdã, o preço cotado das ações da VOC, tendo subido para 200% de seu valor original, em 1608, caiu, após a Trégua, para 132% e, posteriormente, permaneceu deprimido até a década de 1620 (p. 409; Tradução própria).

Apesar de episódios semelhantes a esse, os ganhos superaram as perdas para as províncias neerlandesas. A expansão marítima, como já dito, foi notável e o comércio holandês floresceu de forma singular (ISRAEL, 1995).

Antes do fim da trégua, muitas novidades no campo religioso aconteceram na terra das tulipas. As províncias, que eram predominantemente calvinistas, enfrentaram um adversário para a homogeneidade teológica. Desde o século anterior, Jacó Armínio, pastor de Genebra, levantou questionamentos à doutrina de Calvino. Contudo, seu maior legado é póstumo, já que suas obras foram apenas publicadas um ano depois de sua morte, em 1610. Quando seus simpatizantes finalmente publicaram “Remonstrância”, seus tomaram maiores proporções e, conseqüentemente, tumultos nos Estados Gerais. Para solucionar o alvoroço, o parlamento convocou um sínodo, chamado de Dort. Até a conclusão deste, foram necessárias 180 sessões que se

estenderam de 13 de novembro de 1618 a 29 de maio de 1619. Ao final da reunião, uma comissão holandesa desenvolveu os Cânones, nos quais se condenava as ideias arminianas, por meio da reafirmação dos princípios reformados. No documento, incluíram cinco tópicos doutrinários em 59 artigos, os “Cinco Pontos do Calvinismo”:

- (1) A predestinação divina;
- (2) A morte de Cristo e a redenção do homem;
- (3-4) A corrupção do homem e sua conversão a Deus;
- (5) A perseverança dos santos.

Esses cinco princípios ficaram conhecidos como “*Tulip*”, por conta das iniciais de cada um deles. O desfecho do evento é uma transição da fé reformada da região: Agora, o calvinismo era oficialmente a doutrina seguida pela igreja nacional. Com tantas mudanças econômicas, políticas e religiosas, o fim da Trégua dos Doze Anos constituiu-se como um período de robusta reconstrução política e religiosa (INSTITUTO ANDREW JUMPER, c2020; ISRAEL, 1995).

3.3. Anos 1621-1648;

Em 1621, ao fim da Trégua, a guerra é retomada. Com seu encerramento, seus acordos encontram fim e a VOC volta à ativa, o que é sobremodo interessante para os Países Baixos. Seguido disso, quatro anos depois, o *stadthouder*, príncipe Maurício, vem a falecer, deixando a posição para seu meio-irmão Frederico Enrique (1584-1647), que inaugurou um importante período da Revolta Holandesa: a conquista abundante de cidades. Por esse motivo, ficou conhecido como “Conquistador de Cidades”. Contudo, outras batalhas também constituíram esse momento (MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998).

No decorrer dessa última fatia temporal do conflito, em 1625, um importante evento irrompeu o território neerlandês, em específico, a significativa cidade de Breda. A localização era qualificada dessa maneira por conta de seu posicionamento estratégico, próximo ao navegável rio Mark e a múltiplas estradas, o que permitia que fosse usada como base para invasão do Brabante Espanhol, por exemplo. Além disso, a cidade era representativa para os Orange, pois integrava o domínio patrimonial da família. Não obstante, a cidade havia sido um dos lugares mais disputados na luta entre a monarquia hispânica e as Províncias Unidas do Norte. Por tamanha relevância, os nativos optaram por fortificar Breda, visando protegê-la dos espanhóis. Todavia, tais esforços foram vãos, afinal, o exército de Filipe IV cumpriu com as ordens do general Ambrogio Spinola e cercaram-na. Tal conquista, descreve o site oficial do Museo Del Prado, não ocorreu de modo tão heróico e sangrento como era comum em cenário de

guerra, o que inspirou o pintor Diego Velázquez a retratar o evento em “*Rendição de Breda*” (Ver figura 6). A obra, evidentemente, exalta o lado vencedor, por seu tom que obedecia à “imagem que a monarquia queria projetar de si mesma como uma instituição justa, que respeitava as leis da guerra e que, se necessário, era capaz de tratar os vencidos com clemência e magnanimidade” (MUSEO DEL PRADO, 2022). Por isso, aparecem na tela Justino de Nassau, governador de Breda, e Spinola, a quem foram entregues - como que em rendição - as chaves da cidade. A conquista de Breda é destacável não apenas para demarcar o feito espanhol ao trazer para seu controle a maior parte do noroeste de Brabante, mas também para demonstrar a preocupação espanhola de transmitir um posicionamento forte quanto a possíveis negociações de paz. (ISRAEL, 1995; MUSEO DEL PRADO, c2022).

Figura 6 - “A Rendição de Breda” (1634), Óleo em Tela de Diego Velázquez.



Fonte: MUSEO DEL PRADO (c2022)³⁵. Acesso em: 30 de julho, 2022.

Pouco depois, nesse ínterim, Piet Hein, almirante das Províncias Unidas, apoderou-se de uma valiosa frota espanhola, carregada de ouro e prata. Alguns anos depois, em 1639, outro almirante, senhor Maarten Tromp, derrotou, também, a “Segunda Armada Espanhola” - com cerca de vinte mil militares destinados a Flandres - no Canal da Mancha, conquistas essas que são parte do período que Israel (1995) denomina como “a república em triunfo”. Tal terminologia justifica-se, pois, após a

³⁵ Disponível em:

<<https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/las-lanzas-o-la-rendicion-de-breda/0cc7577a-51d9-44fd-b4d5-4dba8d9cb13a?searchMeta=breda>>.

perda de Breda e a Guerra da Sucessão de Mântua³⁶, já em 1628, as forças da Liga Católica retiraram-se, de forma que o pêndulo do equilíbrio estratégico pesou em favor dos Países Baixos. Com o fortalecimento das tropas e fundos garantidos, avançaram sobre o território habsburgo, cortando as linhas de abastecimento espanholas, de forma a obrigar aquelas tropas em Utrecht e Gelderland a se retirarem. A partir desse evento, as tropas holandesas demonstraram intencionalidade no investimento de recursos militares. Depois das perdas espanholas, há preparação para um novo cenário: o de suspensão da guerra. A partir de 1640, a oposição à guerra tornou-se crescentemente mais unida na Holanda, em grande parte, por razões financeiras, afinal, manter-se fortalecido frente à Espanha era custoso e vice-versa. Nesse mesmo contexto, algumas das negociações de paz entre participantes da Guerra dos Trinta Anos começaram a estruturar-se, o que influencia a visão tanto neerlandesa quanto espanhola sobre a necessidade de fazer o mesmo. Desse modo, os regentes neerlandeses, recusaram-se a aprovar o orçamento anual de guerra, a menos que se fizessem progressos nas negociações - que já vinham sido propostas pelos espanhóis, mas sem avanços. Assim, mesmo que com algum nível de oposição, dá-se início à paz em janeiro de 1646, que só caminharam de fato após a morte de Frederico Henrique, em março de 1647. Então, define-se a paz e, para o lado holandês, é reconhecida a independência. Tais negociações - baseadas, inclusive, no texto da Trégua - aconteceram como parte dos acordos da Guerra dos Trinta Anos, sediados em Münster (ISRAEL, 1995; MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS NEERLANDÊS, 1998).

Desse modo, o encerramento oficial do conflito se deu algum tempo depois, no evento da Paz de Vestfália (1648), mesmo encontro que também pôs fim à Guerra dos Trinta Anos. A partir da assinatura do acordo, em 30 de janeiro de 1648, determinou-se o fim do vínculo formal com o império germânico e com o rei espanhol. Segundo Kennedy (1989), “a essência da solução de Vestfália foi o reconhecimento do equilíbrio religioso e político dentro do Sacro Império Romano, confirmando, dessa forma, as limitações da autoridade imperial”. Assim, foi necessário organizar a delimitação territorial e, para tal, fez-se o seguinte: A linha de frente de batalha passou a ser fronteira. Com isso, o porto de Antuérpia continuava bloqueado e a nova República

³⁶ “A Guerra da Sucessão de Mântua foi um conflito periférico da Guerra dos Trinta Anos. O seu *casus belli* foi a extinção, em dezembro de 1627, em linha masculina, do ramo principal da Casa de Gonzaga que governava os Ducados de Mântua e de Monferrato. (...) A guerra foi travada entre os apoiantes dos dois principais candidatos à sucessão, colocando a França contra os Habsburgo na luta pelo controlo do norte de Itália.” (WIKIPEDIA, c2022).

tomaria posse de algumas zonas conquistadas. Ademais, ocorre o reconhecimento da soberania espanhola sobre os Países Baixos do Sul e sobre o Ducado de Luxemburgo. Em suma, a Paz de Vestfália cumpriu a função de ratificar a situação de independência iniciada décadas antes, em 1590. Assim, é oficialmente posto o fim à segunda parte da Revolta Holandesa, iniciada em 1560. Finalmente, anos mais tarde, os Países Baixos são subdivididos em três nações: Holanda (protestante) e Bélgica e Luxemburgo (católicas), cada qual a seu tempo particular de formação (ISRAEL, 1995).

CAPÍTULO 4. CONSEQUÊNCIAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o objetivo deste estudo é responder de que forma a Reforma Protestante impactou a formação política e religiosa dos Países Baixos nos séculos XVI e XVII, é evidente que esta seção do trabalho deve ser abrangente em dois níveis: Político e religioso. Antes de partir para tal análise, ressalta-se: Por tratar-se de história, ainda que seja possível levantar consequências das contendas citadas, a ideia de esgotá-las é ilusória, afinal, todo evento é montado a partir de um conjunto de fatores e, portanto, suas consequências são múltiplas. Ainda assim, é possível notar algumas relações entre os eventos que ocorreram.

Logo, tratando-se das consequências de nível político, pode-se considerar que o conflito aqui abordado foi um dos fatores contribuintes para o que, anos depois, ocorresse a divisão e formação das três repúblicas, Bélgica, Luxemburgo e Holanda. Ainda que a conclusão do conflito não seja a razão isolada para tais organizações territoriais, pode ser contada como uma delas. Além disso, com base no que foi dito sobre as disputas entre as províncias do norte e do sul, é sabido que muitas das diferenças presentes nos séculos XVI e XVII ecoaram não somente pelas próximas décadas, como por séculos.

Notou-se, ao longo da construção histórica feita desde a Reforma até a metade do século XVII, que o movimento reformador foi central no conflito, já que o estourar da Revolta foi motivado por conflitos religiosos. Da mesma forma, pode-se elencar o início da decadência castelhana na balança europeia, até então identificada como católica. Não obstante, o declínio espanhol reflete, também, na perda de poderio da Casa Habsburgo.

Posto isso, cabe, agora, observar as consequências religiosas provocadas pela Reforma Protestante nos Países Baixos. Destaca-se, aqui, o fato de ter sido criado uma sociedade religiosamente dividida. Essa constatação é válida não apenas para os séculos XVI e XVII, como para os seguintes também. Da mesma forma que se nota os movimentos de Filipe II e as leis anti-catolicismo das Províncias do Norte, percebe-se a divisão religiosa persistir, ainda que de modo não tão explícito, por muito tempo.

Por fim, considera-se que é quimérico afirmar o esgotamento do assunto neste trabalho. Tanto a Reforma Protestante e seus antecedentes, quanto a própria narrativa da Revolta Holandesa são marcos históricos de riqueza indizível. Por isso, redigi-los é uma tarefa complexa, que circunscreve inúmeros nomes, agrupamentos sociais e eventos, os

quais, em vista das limitações de páginas e tempo, não foram abordados nos capítulos anteriores. Todas essas omissões são espaços de estudo e aprofundamento sugeridos pela autora.

5. REFERÊNCIAS

A. G. Dickens, **The German Nation and Martin Luther [A nação alemã e Martinho Lutero]**. Nova York: Harper & Row, 1974.

BRITANNICA. **Johan van Oldenbarnevelt | Dutch statesman**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Johan-van-Oldenbarnevelt>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

DELFT. **William of Orange**. Disponível em: <<https://www.delft.com/william-of-nassau-dillenburg-william-of-orange>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO AO ESTRANGEIRO DO MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. **História Dos Países Baixos**. 1. ed. Haia: Ministério De Negócios Estrangeiros, 1998. p. 14–34

ELLIOT, John Huxtable. **A Europa Dividida (1559-1589)**. Lisboa: Editora Presença, 1985.

GOOGLE ARTS AND CULTURE. **Cuius regio, eius religio**. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/entity/m01vxlj?hl=pt>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

ISRAEL, J. **The Dutch Republic : Its Rise, Greatness and Fall, 1477- 1806**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

LEONE, C. A. **Os limites da tolerância religiosa em Erasmo de Roterdã**. Hucitec Editora, v. 1, 2020.

LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

L. SHELLEY, Bruce. **A História do Cristianismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

MATOS, Alderi Souza de. **A Igreja Reformada na Holanda**. Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. Disponível em: <<https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/movimento-reformado-calvinismo/historia-do-movimento-reformado/a-igreja-reformada-na-holanda/>>. Acesso em: 14 Feb. 2022.

MEYER, H. **Kappel, Guerres de**. Disponível em: <<https://hls-dhs-dss.ch/fr/articles/008903/2009-11-12/>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PARKER, G. **Imprudent King : a New Life of Philip II**. New Haven: Yale University Press, 2015.

MUSEUM ONS' LIEVE HEER OP SOLDER. **Museum Our Lord in the Attic - Museum Ons' Lieve Heer op Solder**. Disponível em: <<https://opsolder.nl/en/museum-our-lord-in-the-attic/>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

O'MALLEY, J. **Trent: What Happened At The Council**. Londres: Harvard University Press, 2013.

POLKOWSKI, M. **A Struggle For Survival: The Continuity of Catholic Religious Literature in Holland: The Example of Delft (1450-1650)**. Lublin: Wydawnictwo KUL, 2012.

POLLMAN, Judith. **Religious choice in the Dutch Republic : the reformation of Arnoldus Buchelius**. Manchester : Manchester University Press, 1999. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=RdFRAQAAlAAJ&oi=fnd&pg=PR7&dq=judith+pollmann+eighty+years+war+&ots=sc4TYQUKMD&sig=xZ7gAZh4c1Z502Kw2KW7XS5LNVA#v=onepage&q=judith%20pollmann%20eighty%20years%20war&f=false>>.

SHELLEY, B. L. **História do Cristianismo: Uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI**. Tradução: Giuliana Niedhardt. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

SOUZA DE MATOS, Alderi. **As Reformas do Século 16**. Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper. Disponível em: <<https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/as-reformas-do-seculo-16/>>. Acesso em: 25 Mar. 2022.

SREENIVASAN, G. P. **Europe and the wars of religion (1500-1700)**. Chantilly, Va: The Teaching Company, 2003.

VAN GELDEREN, M. Conceptions of Liberty During the Dutch Revolt 1555–1590. **Parliaments, Estates and Representation**, v. 9, n. 0260 6755 89 12, dez. 1989.

VAN GELDEREN, M. **The Dutch Revolt**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

VAN NIEROP, H. The Nobles And The Revolt. In: **The Origins and Development of the Dutch Revolt**. Londres: Routledge, 2001. p. 48–66.

WIKIPEDIA. **Ficheiro: Danse macabre by Michael Wolgemut.png**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Danse_macabre_by_Michael_Wolgemut.png>. Acesso em: 13 jul. 2022.

WIKIPEDIA. **Pôlder**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B4lder>>. Acesso em: 19 jul. 2022.